

ORTN deu início ao processo

Até 1964 não existia a correção monetária. Ela foi criada no início do governo militar com o lançamento das ORTNs, títulos do governo com garantia de correção pela inflação oficial — na época, o Índice Geral de Preços, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. O IGP reinou absoluto até 1985. E aí começou o troca-troca. Na dança dos índices de inflação, o primeiro a entrar foi o ministro Dilson Funaro. Irritado com a disparada do IGP (que chegou a 14% em agosto de 1985, o que na época era um nível assustador), substituiu-o pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE. Não foi suficiente. Logo depois do congelamento determinado pelo Plano Cruzado, em março de 1986, nova mudança. Veio o IPC, com a mesma meto-

dologia do IPCA mas com período de coleta entre os dias 1º e 30 de cada mês.

Em novembro do mesmo ano, novo arquivamento: foi a vez do IPC restrito. Em junho de 1987, com o Plano Bresser, o IPC voltou a ser calculado para o período entre 16 do mês anterior e 15 do mês de referência. O ministro Mailson da Nóbrega também não fugiu à regra. Três meses depois do Plano Verão, ameaçou ressuscitar o IGP como índice oficial de inflação. Fez que ia, mas não foi. E manteve o IPC.

Já no governo Collor, a ministra Zélia Cardoso de Mello decretou que não havia mais índice oficial de inflação. O auge do requinte na atividade de mudar os índices veio no início de 1991. Irritada com o destaque dado pelos jornais à inflação, Zélia chegou a pensar em proibir a divulgação do INPC. A história virou piada. E o Brasil continuou com uma parafernalia de índices.